

Panorama da Gestão de Praias em Sergipe

13ª Oficina Estadual de Capacitação em Gestão de Praias

Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

70
SPU *Anos*
Secretaria do
Patrimônio da União

Litoral Sergipano

- Aproximadamente 163 km;
- Grande concentração de estuários:
 - Rio Real;
 - Rio Vaza Barris;
 - Rio Sergipe;
 - Rio Japaratuba; e
 - Rio São Francisco.
- 07 Municípios.



Figura 01 – Litoral Sergipano.

Panorama de Estância

- Aproximadamente 20 km de litoral;
- Limitado entre a foz do Rio Real e o município de Itaporanga D'Ajuda;
- Maior parte das ocupações confrontantes com a orla são rurais, mas com alguns trechos urbanizados;
- Existências de ACPs referentes às ocupações urbanas na Praia do Saco (Boa Viagem) e na Praia do Abaís;
- Processo de erosão costeira relevante na Praia do Saco; e
- Município não requereu TAGP.



Figura 02 – Ponta do Saco.

Panorama de Itaporanga D'Ajuda

- Aproximadamente 18 km de litoral;
- Limitado entre o município de Estância e a foz do Rio Vaza Barris;
- Maior parte das ocupações confrontantes com a orla são rurais, com uma concentração urbana na Praia da Caueira, que é objeto de ACP;
- Processo de erosão costeira relevante na Caueira; e
- Município requereu TAGP em Nov/2024, mas ainda não foi concluída instrução



Figura 03 – Orla da Caueira.

Panorama de Aracaju

- Aproximadamente 26 km de litoral;
- Limitado entre a foz do Rio Vaza Barris e a foz do rio Sergipe;
- Todo litoral se encontra urbanizado;
- Problemas recorrentes com obras irregulares em faixa de praia, restinga e orla;
- ACPs referentes à Orla Sul e à Orlinha da Coroa do Meio;
- TAGP firmado em Março/2020:
 - Inicialmente excluídos os trechos objetos das ACPs;
 - Aditado com inclusão da Orla Sul em Março/2024; e
 - PGI ainda não elaborado:
 - Município contratou facilitadores em 2024, porém não houve sucesso.



Figura 04 – Trecho da Orla Sul.

Panorama de Barra dos Coqueiros

- Aproximadamente 30 km de litoral;
- Limitado entre a foz do Rio Sergipe e a foz do Rio Japaratuba;
- Maior parte do litoral é rural, mas está em processo acelerado de urbanização;
- Problemas esporádicos com obras irregulares em faixa de praia, restinga e orla;
- ACP referente à Praia da Costa;
- TAGP firmado em Agosto/2020:
 - Excluído o trecho da Praia da Costa;
 - Elaboração do PGI não iniciada.



Figura 05 – Praia da Costa.

Panorama de Pirambu

- Aproximadamente 24 km de litoral;
- Limitado entre a foz do Rio Japaratuba e o município de Pacatuba;
- Maior parte do litoral é rural e está localizado dentro da Reserva Biológica da Santa Isabel;
- Pequeno trecho de 2,0km não demarcado;
- Trecho urbanizado somente na sede do município;
- TAGP firmado em Agosto/2021:
 - Transferido o trecho urbano da sede municipal; e
 - Elaboração do PGI não iniciada.



Figura 06 – Trecho transferido para o município de Pirambu

Panorama de Pacatuba

- Aproximadamente 21 km de litoral;
- Limitado entre o município de Pirambu e o município de Brejo Grande;
- Maior parte do litoral é rural e está localizado dentro da Reserva Biológica da Santa Isabel;
- Litoral sem demarcação;
- Grande problema com carciniculturas irregulares; e
- TAGP não requerido;

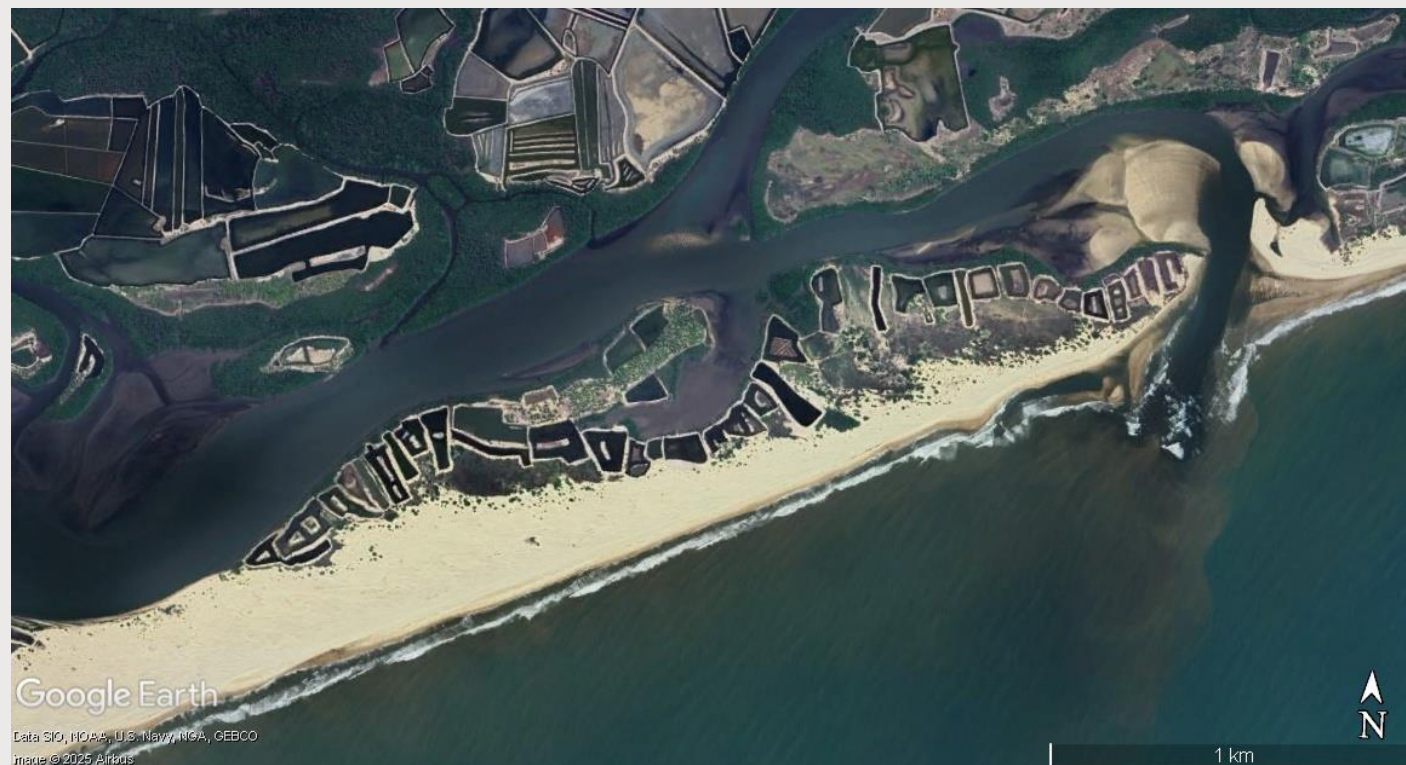


Figura 07 – Barra de Pacatuba

Panorama de Brejo Grande

- Aproximadamente 10 km de litoral;
- Limitado entre o município de Pacatuba e a Foz do Rio São Francisco;
- Todo o litoral é rural e está localizado dentro do território quilombola de Brejão dos Negros
- Litoral sem demarcação;
- Grande problema com carcinicaturas irregulares e erosão na foz do rio São Francisco; e
- TAGP não requerido;



Figura 08 – Farol do Cabeço

Situação da Coordenação Técnica Estadual do Projeto Orla

- Atualmente não existe CTE instituída;
- Foi proposta à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas a formalização de ACT para instituição da CTE, mas não houve retorno; e
- Importante a instituição para aprovação dos PGIs a serem elaborados pelos municípios, bem como participação no processo de elaboração do mesmo.

A RESPONSABILIDADE JÁ É COMPARTILHADA

- Art. 11, §4º, Lei 9636/1998

§ 4º Constitui obrigação do Poder Público federal, estadual e municipal, observada a legislação específica vigente, zelar pela manutenção das áreas de preservação ambiental, das necessárias à proteção dos ecossistemas naturais e de uso comum do povo, independentemente da celebração de convênio para esse fim.



Secretaria do
Patrimônio da União

Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe

Nielson Tôres – Coordenador

e-mail: spuse@gestao.gov.br

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

